

# CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

## ACTA N.º 17 /2011

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE ABRIL DE 2011

(Contém X folhas)

### MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Andreia Martins Cardoso da Costa**-----  
VEREADOR **António da Silva Gomes**-----  
VEREADORA **Raquel Margarida Pinheiro da Silva**-----  
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----  
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----  
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----  
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel**-----

### MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----  
VEREADOR -----  
VEREADORA -----  
VEREADOR -----  
VEREADORA -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----

**Acta nº 017/2011**  
**Reunião de 18/04/2011**

No dia 18 de Abril de 2011, realizou-se na Sala das Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, sob a presidência de **Andreia Martins Cardoso da Costa**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Vereadores **Raquel Margarida Pinheiro da Silva, António da Silva Gomes António Lima Cardoso Ventura, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins, Fernando Francisco de Paiva Dias e Alonso Teixeira Miguel**.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

**Período Antes da Ordem do Dia**

Após saudação a Presidente procedeu-se à aprovação da acta da reunião do dia 11 de Abril de 2011. Em seguida, a Presidente começou por abordar diversos assuntos a tratar no período antes da Ordem do Dia. O primeiro referente à T.U.S.A., a tuna masculina do Campus de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores, uma vez que esta enviou uma carta de agradecimento à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo pela colaboração no Encontro Mundial de Tunas que decorreu em Granada e informou que obteve três prémios de um total de seis em disputa. A Presidente acrescentou que a tuna tem participado em diversos festivais internacionais e sempre com grande mérito, pelo que afirmou ser dever da Câmara Municipal reconhecer o trabalho de promoção que faz de Angra do Heroísmo e apresentar formalmente uma proposta de voto de louvor pelo seu desempenho no encontro de Granada.-----

Em seguida, a Presidente deu conhecimento aos Vereadores de que na sequência da aprovação da proposta do Banco de Voluntariado Angra Solidária, está marcada para o dia 19 de Abril, pelas 18h00 horas no pequeno Auditório do Centro Cultural de Congressos de Angra do Heroísmo, uma reunião com as diversas associações que trabalham com voluntários no sentido de divulgarem a iniciativa. -----

Outro ponto apresentado pela Presidente refere-se a uma reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal que decorre no dia 28 de Abril de 2011, pelas 11h00 horas na Câmara Municipal da Praia da Vitória.-----

Relativamente ao Concurso de Fotografia Digital, a Presidente informou que as faixas colocadas na fachada no edifício dos Paços do Concelho são para publicitar a iniciativa.

No que se refere a informações solicitadas na última reunião de Câmara, a Presidente referiu que relativamente à realização no Salão Nobre do almoço do Conferência de Empreendedorismo, a Presidente informou que quando o pedido de apoio veio a reunião para aprovação estava em anexo ao programa o apoio estimado em mais de cinco mil euros e que incluía um conjunto de pontos a financiar pela Câmara Municipal, designadamente o jantar de dia 08 de Abril na Adega de São Mateus e o almoço no dia

09 com catering servido pela empresa Tony's Bar no Solar na Madre de Deus ou no Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. -----

Outra questão abordada refere-se à roulotte que se encontra estacionada junto do Centro de Oncologia dos Açores. A Presidente afirmou que foi deliberado em reunião da Câmara que a viatura para o rastreio móvel usufruísse de isenção total de taxa do pagamento de estacionamento.-----

Relativamente à questão da ADSE referente à Sr.<sup>a</sup> Maria Lassaete Barcelos, a Presidente declarou que a resposta já tinha sido facultada ao Vereador Artur Lima. Contudo, a Presidente explicou que os ofícios foram expedidos para as respectivas entidades e de momento aguarda-se a resposta.-----

Em seguida o Vereador António Ventura perguntou se relativamente a uma recomendação entregue em Novembro de 2010 sobre a produção de geotermia, se a Câmara já recebeu alguma resposta do Governo Regional, ao que a Presidente respondeu que não.-----

Outra questão abordada prendeu-se com o Pavilhão Polidesportivo do Campus de Angra do Heroísmo, tendo o Vereador António Ventura perguntado se existe algum compromisso por parte da Câmara relativamente à sua construção. A Presidente afirmou que a Câmara celebrou o protocolo com a Universidade dos Açores para o financiamento de 15% do custo da obra.-----

Relativamente ao combate às térmitas, o Vereador António Ventura questionou se seria possível fazer na próxima reunião o ponto de situação pois verificou-se um reforço de verbas para esse efeito. A Presidente esclareceu que esse reforço é uma operação meramente informática. Acrescentou que vão ser realizadas campanhas de sensibilização, de informação e formação de colaboradores quer da autarquia, quer das cinco freguesias citadinas.-----

Em seguida, o Vereador Alonso Miguel tomou a palavra para perguntar se relativamente ao ajuste directo resultante da revisão do projecto de estabilidade da Escola da Ribeirinha se seria possível obter uma cópia do documento.-----

Por outro lado, o Vereador Alonso Miguel referiu que na última reunião tinha perguntado qual a situação em que se encontra o parecer do Dr. Milton Sarmiento sobre os ajustes directos, ao que lhe foi informado de que o mesmo ainda não tinha sido entregue. A Presidente informou que foi feita uma queixa à Inspeção Administrativa Regional sobre determinados processos dessa matéria. Quanto à resposta sobre o assunto mencionado disse que a Dr.<sup>a</sup> Rosa Azevedo informou que já tinha chegado resposta do Dr. Carlos Farinha mas que esta não continha o parecer, pelo que iria reencaminhá-la aos Vereadores.-----

O Vereador Fernando Dias perguntou quem define os locais de implantação dos abrigos de passageiros, pois no Caminho da Esperança na freguesia do Porto Judeu existe desconforto relativamente ao abrigo. A Vereadora Raquel Silva afirmou que os abrigos que vão sendo substituídos são colocados nos sítios onde já existiam, enquanto os novos locais são indicados pelas juntas de freguesias e depois são submetidos à Comissão de Trânsito que os autoriza ou não. -----

Em seguida, deu-se início à discussão e votação das deliberações diversas agendadas para a reunião.-----

**Período de Ordem do Dia**  
**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

Selos de Residente

Ent. 1764 – Pedido de substituição de selo de residente, efectuado por Rafael da Silva dos Santos, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Licença Especial de Ruído

Ent. 1750 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por António Henrique Ávila da Rocha, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 1750 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por António Henrique Ávila da Rocha, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 1760 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por Gualter Manuel Dutra Pereira, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1759 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por Gualter Manuel Dutra Pereira, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1718 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por Paulo Jorge Pimentel da Silva, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----  
**A Vereadora Raquel Silva ausentou-se da reunião no momento da votação, por se encontrar impedida nos termos do artigo 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.**-----

Ent. 1746 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por Rogério Luis Andrade de Medeiros, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 1769 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado pela Casa do Povo das Doze Ribeiras, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 1643 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por José Alberto Silva da Rocha, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1442 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por Francisco Adelino Cota Ferreira, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 1439 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado pela Freguesia da Ribeirinha, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1613 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por Maria da Conceição Coelho Pires Cabral, para autorização do órgão executivo, nos termos do

artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 1564 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por José Manuel Silva Gil, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1467 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por José Areias Evangelho, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1527 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por João David Carvalho Vieira, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1523 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado pela Freguesia dos Altares, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1508 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por Júlia Andreia Aurora Ribeiro, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1492 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por António Nascimento Godinho, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1802 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por Armando de Oliveira Silva, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

#### Ocupação da Via Pública

Ent. 1723 – Pedido de ocupação da via pública, efectuado por Paulo Jorge Pimentel da Silva, destinada a festividades públicas, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Código de Posturas Municipais, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

**A Vereadora Raquel Silva ausentou-se da reunião no momento da votação, por se encontrar impedida nos termos do artigo 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.**-----

Ent. 1757 – Pedido de ocupação da via pública destinada a uma exposição/concurso de “Maiores”, efectuado pela União de Sindicatos de Angra do Heroísmo, a realizar-se na Praça Velha, ou em alternativa no Alto das Covas, com a isenção da taxa devida pela referida ocupação, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Código de Posturas Municipais, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como do n.º 1, do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Taxas. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou o pedido de ocupação da via pública no Alto das Covas, bem como a isenção da taxa devida na sua totalidade.**

#### Publicidade

Ent. 1742 – Pedido de afixação de mensagem publicitária, efectuado pelo Alpendre – Grupo de Teatro, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 3.º, do Regulamento Municipal de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e Outras Utilizações do Espaço Público, conjugado com o n.º 2, do artigo 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, bem como com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara**

**Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido. -----**

Trasladação de Cadáver

Ent. 1469 – Novamente presente o pedido de trasladação de cadáver do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição para o Cemitério da Ribeirinha, efectuado por Maria Veríssima Toste Martins Aguiar, para conhecimento do órgão executivo do deferimento pela entidade responsável pela administração do cemitério para onde será efectuada a trasladação do cadáver, nos termos do n.º 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

Cartão de Estudante

Ent. 1734 – Pedido emissão de cartão de estudante para utilização de transporte inter-parques, efectuado por Sandra Maria da Silva Martins. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.-----**

Ent. 1775 – Pedido emissão de cartão de estudante para utilização de transporte inter-parques, efectuado por Maria Isabel Sousa Pacheco. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.-----**

Cartão de Vendedor Ambulante

Ent. 1639 – Pedido de emissão de cartão de vendedor ambulante de gelados e aperitivos, efectuado por Lisandro Manuel Ferraz Pires, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento da Venda Ambulante do Concelho de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido. -----**

Ent. 1752 – Pedido de emissão de cartão de vendedor ambulante de aperitivos, efectuado por Francisco Isidro Rocha Luz, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento da Venda Ambulante do Concelho de



Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 1689 – Pedido de emissão de cartão de vendedor ambulante de marisco, efectuado por José Pereira Ficher da Silva, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento da Venda Ambulante do Concelho de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 1730 – Pedido de emissão de cartão de vendedor ambulante de bebidas e alimentos, efectuado por Nuno Miguel Leal Costa, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento da Venda Ambulante do Concelho de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

#### Suspensão de Trânsito

Ent. 1682 – Pedido efectuado pela Freguesia da Ribeirinha, com vista à suspensão de trânsito, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1741 – Pedido efectuado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Sé Catedral, com vista à suspensão de trânsito, destinada a procissões, nos dias 17, 22 e 24 de Abril de 2011, para ratificação do acto praticado pela Presidente da Câmara Municipal em exercício, com a concordância dos Senhores Vereadores, relativamente ao dia 17 de Abril, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como para autorização do órgão executivo, relativamente aos restantes dias (22 e 24 de Abril), nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o acto administrativo em causa e deliberou autorizar a suspensão de trânsito para os dias 22 e 24 de Abril de 2011.** -----

## Licença de Recinto Improvisado

Ent. 1744 - Pedido de emissão de licença de recinto improvisado, efectuado pela Casa do Povo das Doze Ribeiras, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de Setembro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

## Projectos de Arquitectura

Processo n.º 01/2011/16 – Requerimento datado de 26 de Novembro de 2009, de **Arquiangra – Arquitectura e Engenharia Unipessoal, Ld.a**, com sede na Rua da Esperança, n.º 42, freguesia da Sé, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 3, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto de remodelação de sede no prédio sito na Rua Diogo de Teive, freguesia de São Pedro. Encontra-se munido de pareceres favoráveis da Direcção Regional da Cultura, Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este projecto, nos termos dos pareceres técnicos e da Direcção Regional da Cultura.** ---

Processo n.º 01/2010/219 – Requerimento datado de 26 de Novembro de 2009, da **AÇORBUILD – Indústria e Engenharia. Ld.a**, com sede na Quinta D`Achada, Cabrito, freguesia do Porto Judeu, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 3, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto de construção de dois armazéns de apoio a materiais de construção no prédio sito na Quinta D` Achada/Cabrito, freguesia do Porto Judeu. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este projecto, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 01/2006/119 – Requerimento datado de 7 de Janeiro do corrente ano, de **Francisco Helvidio da Rocha Barcelos**, residente no Pico Redondo, n.º 149, freguesia de São Bento, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 3, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao aditamento ao projecto de legalização e reconstrução do edifício “Quinta dos Açores”, sito no Pico Redondo, freguesia de São Bento. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este aditamento ao projecto, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

#### Licenciamentos

Processo n.º 01/2011/43 – Requerimento datado de 5 do corrente mês, de **Carla Patrícia Costa Medeiros**, com residência no Caminho do Meio, n.º 24, freguesia de São Bartolomeu de Regatos, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto de instalação de cafetaria no prédio sito na Rua da Palha, n.º 83, freguesia da Sé. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.** -----

Processo n.º 01/2010/289 – Requerimento datado de 25 de Março findo, de **Isabel Maria de Sousa Correia**, com residência na Rua da Guarita, n.º 57, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto de substituição da cobertura no prédio sito na Rua da Guarita, n.º 57, freguesia de Nossa Senhora a Conceição. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 01/2011/4 – Requerimento datado de 1 de Março findo, de **Tânia Marisa Pires Rodrigues Aguiar**, com residência Às Presas, n.º 27, freguesia dos Altares, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto de construção de moradia sita Às Presas, freguesia dos Altares. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 01/2010/65 – Requerimento datado de 18 de Novembro de 2010, de **Manuela do Natal Couto Lopes Quinto e outro**, com residência na Rua Jacinto Cândido n.º 7-A, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto de remodelação e ampliação de um edifício para habitação e comércio sito no Largo de São Bento, n.º 4, freguesia de São Bento. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 01/2007/111 – Requerimento datado de 11 de Março findo, de **Ana Maria Lourenço Martins Ferreira**, com residência na Estrada Stª Margarida, n.º 3-B, freguesia do Porto Martins, concelho da Praia da Vitória, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao aditamento ao projecto de construção de moradia no prédio sito nos Arrifes, freguesia da Vila de São Sebastião. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 01/2010/80 – Requerimento datado de 22 de Março findo, de **Sónia de Fátima Botelho da Silva Simões**, com residência nas Bicas de Cabo Verde, n.º 4, freguesia de São Pedro, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto de ampliação de moradia no prédio sito nas Bicas de Cabo Verde, n.º 4, freguesia de São Pedro. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 01/2009/135 – Requerimento datado de 24 de Janeiro último, de **Azoren Baptist Church**, com sede na Rua das Fontinhas, n.º 43, freguesia das Lajes, concelho da Praia da Vitória, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto de construção de um campo de férias no prédio sito na Ribeira Seca, freguesia da Vila de São Sebastião. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 01/2009/263 – Requerimento datado de 25 de Março de 2010, de **Auropol – Caixilharia em Alumínio, Ld.a**, com sede no Terreiro das Covas, n.º 54, freguesia da Ribeirinha, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projecto de construção de um estabelecimento industrial, no prédio sito na Rua Basílio Simões, lote 28, freguesia de São Bento. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 04/2011/121 - Requerimento datado de 23 de Março findo, de **Maria da Conceição Medeiros Silva**, residente na Rua Direita, n.º 27, freguesia da Sé, para

decisão do órgão executivo, nos termos da alínea d) do n.º 2, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido de licenciamento para retelha e protecção do tecto do edifício sito no Gaveto da Rua da Miragaia/Rua de Cima de Santa Luzia, n.º 27 a 35, freguesia de Santa Luzia. Encontra-se munido de parecer do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e parecer favorável da Direcção Regional da Cultura. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos e da Direcção Regional da Cultura.**-----

Processo n.º 04/2011/152 - Requerimento datado de 5 de Abril corrente, de **João Simões**, residente na Rua Conde de Santa Luzia, n.º 1, freguesia de Santa Luzia, para decisão do órgão executivo, nos termos da alínea d) do n.º 2, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido de licenciamento para pintura da fachada do edifício acima mencionado. Encontra-se munido de parecer do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e parecer favorável da Direcção Regional da Cultura. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos e da Direcção Regional da Cultura.**-----

#### Ocupação da via pública

Processo n.º 07/2011/9 - Requerimento datado de 23 de Março findo, de **Maria da Conceição Medeiros Silva**, residente na Rua Direita, n.º 27, freguesia da Sé, para decisão do órgão executivo, nos termos da alínea b), n.º 7, artigo 64º, da Lei das Autarquias Locais, referente à ocupação da via pública com andaime, numa área de 2 m2 e pelo período de 3 dias, na Rua da Miragaia/Rua de Cima de Santa Luzia, n.º 27 a 35, freguesia de Santa Luzia, para proceder ao retelha e protecção da madeira do tecto do prédio. Encontra-se munido de parecer condicionado do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este pedido, nos termos do parecer técnico.**-----

Processo n.º 07/2011/11 - Requerimento datado de 5 de Abril corrente, de **João Simões**, residente na Rua Conde de Santa Luzia, n.º 1, freguesia de Santa Luzia, para decisão do órgão executivo, nos termos da alínea b), n.º 7, artigo 64º, da Lei das

Autarquias Locais, referente à ocupação da via pública com andaime, numa área de 12 m2 e pelo período de 15 dias, no local acima mencionado, para proceder à pintura exterior do prédio. Encontra-se munido de parecer condicionado do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este pedido, nos termos do parecer técnico.** -----

Emissão de parecer prévio

Processo n.º 01/2011/32 - Requerimento datado de 25 de Fevereiro último, do **Serviço Regional de Estatística dos Açores**, com sede no Largo Prior do Crato, n.º 37, freguesia da Sé, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido de emissão de parecer prévio quanto ao projecto para recuperação do edifício destinado a Sede sito na Rua de Jesus, n.º 34 a 40, freguesia da Sé. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

O Vereador António Ventura questionou se o edifício pertence ao Governo Regional, ao que a Presidente afirmou que pertence mas esteve cedido tendo a sua posse sido devolvida à Presidência do Governo Regional.-----

Processo n.º 04/2010/395 - Requerimento datado de 6 de Julho de 2010, da **Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações**, com sede na Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt, n.º 16, Ponta Delgada, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido de emissão de parecer prévio quanto ao projecto para construção do parque tecnológico da Ilha Terceira no prédio sito na Canada de Belém, freguesia da Terra Chã. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Cedência de cilindro com condutor

Ent. 1827 – Ofício n.º 23/2011 de 30/03/2011 da TERAMB, EEM solicitando o empréstimo de um cilindro com condutor para compactar a via principal do Aterro Intermunicipal da Ilha Terceira para autorização do órgão executivo. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS e dos Vereadores do PSD e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, autorizou este pedido.**-----

Pedido de apoio em espécie

Ent. 1815 - Ofício n.º CDCCPS/2/IM/2011, de 8 de Abril de 2011, do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo, solicitando apoio para passagens aéreas, tendo em vista a participação na Taça Nacional de Futsal Feminino, a ter lugar em Leiria, Castelo Branco e Santarém, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos da alínea b), do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS e dos Vereadores do PSD e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, deliberou atribuir um apoio consubstanciado na atribuição de seis passagens.**-----

A Presidente declarou que o clube solicitou um apoio para seis passagens e que no ano anterior lhe foi atribuído um apoio de € 484,84. O Vereador António Ventura perguntou que outros apoios o clube tinha para esse feito, ao que o Vereador António Gomes, informou que contam o apoio da Direcção Regional do Desporto. -----

O Vereador António Gomes disse que a prova não é considerada como um campeonato nacional e portanto o apoio que o clube recebe não é o habitual por parte da Direcção Regional de Desporto para as participações nacionais. Há apenas um apoio para a estadia e tudo o resto é o clube que tem de conseguir angariar. A Presidente disse que no ano anterior o clube conseguiu fazer os jogos todos de seguida para haver apenas uma deslocação.-----

O Vereador António Gomes afirmou que a equipa do Posto Santo é Campeã Regional há três anos consecutivos, sendo um clube que está muito bem estruturado e que o



futsal feminino está a crescer fundamentalmente à custa desse clube. O Vereador António Gomes declarou que com mais dois anos a situação dos apoios por parte do Governo Regional ficam normalizados relativamente ao referido clube. -----

Documentos de Prestação de Contas  
dos Serviços Municipalizados

Ent. 1796 – Ofício dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, remetendo os Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2010, apresentando os seguintes resultados: -----

**Demonstração dos Resultados do Exercício:**-----

Custos e Perdas - € 7.602.037,94 (sete milhões seiscentos e dois mil trinta e sete euros e noventa e quatro cêntimos). -----

Proveitos e Ganhos - € 8.177.085,07 (oito milhões cento e setenta e sete mil oitenta e cinco euros e sete cêntimos).-----

Resultado Líquido do Exercício – € 575.047,13 (quinhentos e setenta e cinco mil quarenta e sete euros e treze cêntimos).-----

**Fluxos Financeiros:** -----

Saldo inicial – € 208.391,39 (duzentos e oito mil trezentos e noventa e um euros e trinta e nove cêntimos).-----

Receitas Arrecadadas – € 8.558.538,54 (oito milhões quinhentos e cinquenta e oito mil quinhentos e trinta e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos).-----

Despesas Efectuadas - € 8.582.226,85 (oito milhões quinhentos e oitenta e dois mil duzentos e vinte e seis euros e oitenta e cinco cêntimos).-----

Saldo Final - € 184.703,08 (cento e oitenta e quatro mil setecentos e três euros e oito cêntimos). -----

No Relatório de Gestão, o Conselho de Administração analisa os factos mais relevantes dos diferentes sectores de actividade em que actuou e propõe, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que o resultado líquido do exercício de 2010, no valor de quinhentos e setenta e cinco mil, quarenta e sete euros e treze cêntimos seja transferido para reforço do património na sua totalidade. -----

**A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do PS, 3 abstenções dos Vereadores do PSD e 1 voto contra do Vereador do CDS-PP, aprovou este documento e deliberou submeter o mesmo à**

**apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

A Presidente fez um resumo do que considerou ser o essencial dos documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados. Começou por referir que o ano de 2010 ficou marcado por um conjunto de investimentos estratégicos ao nível do abastecimento de água, designadamente a conclusão das obras de remodelação da rede do Pico da Urze, a conclusão das obras dos furos de pesquisa para captação de água subterrânea, incluindo aquisição de equipamento para o furo de São Mateus e o segundo pacote de remodelação de redes de diversos arruamentos. -----

Acrescentou, ainda, ser igualmente importante o investimento na instalação do sistema de monitorização da rede, ou seja, a telegestão, a conclusão da cobertura dos captadores primários ao nível das águas residuais e dos resíduos sólidos, a aquisição dos contentores de 800 litros e a mudança do fundo da gestão do aterro para a TERAMB. -----

Por outro lado, a Presidente afirmou que ao nível dos recursos humanos e da gestão administrativa dos Serviços Municipalizados, 2010 foi um ano em que se apostou fortemente na formação de pessoal, tendo lido e seguidamente elencado exemplos através da apresentação de dados.-----

Em seguida, a Presidente referiu outros indicadores que considerou importante destacar. O saldo da despesa teve uma taxa de aproximadamente 77%, havendo pois um resultado positivo de cerca de € 575 000,00, o que inverte a tendência dos resultados negativos nos últimos anos. Ao nível dos proveitos cerca de 60% da receita corrente advém do abastecimento de água. Ao nível dos custos, salientou a redução generalizada nos fornecimentos e serviços externos, designadamente ao nível do combustível e que, mesmo havendo uma subida do preço, houve uma redução da quantidade consumida na sequência da implementação do sistema GPS. Acrescentou que a redução de custos da conservação e reparação da rede, deve-se às grandes obras de substituição de rede que se tem procedido e ao nível do pessoal, que pese embora tenha havido o reposicionamento remuneratório, houve uma redução de custos

na ordem dos 3%, que se deveu à redução nas despesas com saúde e trabalho extraordinário. A Presidente acrescentou que a redução do trabalho extraordinário deveu-se a uma reorganização dos serviços e que permitiu uma redução de 25% em horas e em trabalho extraordinário, ou seja, significou uma poupança de €43 000,00. A Presidente disse, ainda, que os Serviços Municipalizados tiveram um aumento substancial ao nível das disponibilidades financeiras no final do ano passado e foi possível liquidar uma grande parte das dívidas aos fornecedores. -----

A Presidente afirmou que é o primeiro ano que os Serviços Municipalizados têm revisão oficial de contas certificada e é de salientar que do parecer não constam qualquer ênfase nem reserva às contas o que considerou como um factor positivo. -----

Concluindo, a Presidente declarou que foi um bom ano para os Serviços Municipalizados, com bons indicadores de gestão ao nível da contenção das despesas correntes e com grande amplitude ao nível das despesas de investimento em áreas estratégicas. -----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra e começou por referir que na página 54 do relatório existem dois valores exactamente iguais, ao que a Presidente disse que deve de haver um erro em relação a isso, pois um dos valores não pode estar correcto, afirmando que iria verificar no balanço das amortizações e provisões. -----

O Vereador Fernando Dias declarou que há informações importantes no relatório e este está extremamente pormenorizado e com bastante informação, nomeadamente, entre os objectivos que foram propostos e os objectivos que foram realizados. -----

O Vereador Fernando Dias afirmou que o preço médio da água vendida foi de € 0.87 e o custo foi de € 0.62/m<sup>3</sup>, pelo que se conseguiu reduzir os custos em € 0,01. A Presidente disse que isso deveu-se aos custos de electricidade, ou seja, quando não há necessidade de recorrer aos furos, baixam os custos com a electricidade. -----

No que respeita ao saneamento e aos resíduos sólidos, o Vereador Fernando Dias disse que a informação sobre o custo por m<sup>3</sup> de água tratada que é € 0.59, mas disse gostaria saber em termos de proveitos qual foi o valor por m<sup>3</sup>. A Presidente disse que no relatório estão as vendas e prestação de serviços associadas ao saneamento, mas podia pedir

essa informação. Acrescentou que a Dr.<sup>a</sup> Cláudia declarou que a questão dos resíduos e do saneamento exige uma abordagem diferente quando se olha agora para o tarifário. ---

Em seguida, o Vereador Fernando Dias disse que queria confirmar se a Praia Ambiente deve de facto € 779 000,00 aos Serviços Municipalizados. A Presidente explicou que os Serviços Municipalizados e a Câmara Municipal de Angra é que efectuaram as candidaturas anteriores para o aterro municipal e, portanto, recebiam as candidaturas e foram transferindo da componente da receita, 40% para a Praia da Vitória e 60% para Angra do Heroísmo. A partir de determinada altura, quando faltava receber a última componente que são os 10% que ainda não foram pagos foi acordado com a Câmara Municipal da Praia resolver o assunto com um acerto de contas. Ou seja, a Câmara Municipal da Praia não transferia essa componente de despesa até perfazer o montante que havia a receber ainda de fundos comunitários. Adiantou que os Serviços Municipalizados estão a apurar qual o valor ainda a transferir pela Câmara Municipal da Praia por via dos fundos comunitários e qual o valor que está em dívida. -----

O Vereador Fernando Dias disse que há custos que o Município de Angra não é ressarcido. Referiu que é preciso ter em conta a questão de material orgânico que vem do matadouro e que é depositado em Aterro Sanitário e que contribui para que tenha uma duração de vida menor do que a que supostamente deveria de ter. O Vereador António Ventura disse que a incineradora do matador praticamente nunca funcionou, pois trabalha algum tempo e depois avaria, sendo esse um problema que nunca foi resolvido pelo Governo Regional. -----

O Vereador Fernando Dias disse que existe no mapa das dívidas a terceiros, um valor da Global EDA de € 387 019,00 e queria saber a que corresponde, tendo a Presidente afirmado que iria verificar.-----

Declarou que o relatório contém informação importante, porque não se resume a fazer um balanço entre o que aumentou e o que reduziu, mas que há questões concretas que é fundamental perceber. Afirmou que já tem recorrido aos relatórios várias vezes ao longo dos anos e que é importante que se continue a fazer este tipo de documentos. -----

No que respeita ao grau de execução dos investimentos, o Vereador Fernando Dias disse que este foi na ordem dos 63%, afirmando que é uma percentagem minimamente aceitável e isso resultou de alterações de prioridades de investimento que já foram referidas várias vezes na Câmara e aclarou que o saldo do resultado líquido é positivo. Contudo, afirmou que olha para os resultados operacionais e estes melhoraram imenso, apesar de ainda serem negativos. Acrescentou que os Serviços Municipalizados não são uma entidade para ganhar dinheiro e que apesar de terem resultados operacionais ainda negativos estão a inverter essa tendência.-----

O Vereador Fernando Dias disse, ainda, que houve alguma redução de custos no tratamento de águas residuais, na electricidade, na conservação e nos combustíveis, uma vez que a quantidade consumida baixou. Assim, o Vereador disse que a sua posição sobre o relatório é de abstenção relativamente à proposta de prestação de contas dos Serviços Municipalizados.-----

**Os Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram a seguinte declaração de voto:-----**

**“Os documentos apresentados, contêm bastante informação sobre a gestão dos S. M. A. H., realizada em 2010 e em traços gerais comparam os objectivos iniciais propostos com o que foi realizado, adicionando justificações para o que não foi executado.**

**A execução do Plano de Plurianual de Investimentos (P. P. I.) atingiu 65%, valor que se pode considerar satisfatório, face ao registado em 2009.**

**Os investimentos nas áreas de águas e esgotos e resíduos sólidos rondaram os 64%, penalizados pela fraca execução dos equipamentos electromecânicos de apoio aos furos, o atraso na obra de remodelação de redes em diversos arruamentos (2º pacote) e na construção da 8ª célula.**

**Como nota negativa sublinhe-se o aumento das dívidas a fornecedores de 1, 7 milhões de € para 1, 9 milhões €, nos quais se inclui uma dívida à Globaleda no valor de 387 019 € não se sabendo a que respeita. ´**

**O Prazo Médio de Pagamentos passou de 133 para 101 dias não se tendo cumprido a obrigação legal de um máximo de 60 dias.**

**O resultado líquido do exercício foi positivo, devido ao aumento dos proveitos e redução de custos dos quais 358 932 € respeita a amortizações, mas o**

**resultado económico (operacional) do exercício, mantém-se ainda negativo na ordem dos 380 000 €.**

**A redução de custos obtida no tratamento de águas residuais e manutenção de redes, nos fornecimentos e serviços externos, electricidade e conservação, bem como nos combustíveis, mostram a existência de áreas em que é possível obterem-se ganhos sem se penalizar os utentes dos S. M. A. H.”.**-----

Documentos de Prestação de Contas  
da Câmara Municipal

Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2010, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001, de 18 de Agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados, com excepção do número 23 “Subsídios Obtidos” – não aplicável; 24 “Activos de Rendimento Fixo” – não aplicável; 25 “Activos de Rendimento Variável” – não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” – não aplicável.-----

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:-----

**Fluxos financeiros:**-----

- Saldo da gerência anterior – 452 395,81 euros (quatrocentos e cinquenta e dois mil trezentos e noventa e cinco euros e oitenta e um cêntimos)-----
- Receitas orçamentais – 21 528 415,60euros (vinte e um milhões quinhentos e vinte e oito mil quatrocentos e quinze euros e sessenta cêntimos).-----
- Despesas orçamentais – 20 725 247,41 euros (vinte milhões setecentos e vinte e cinco mil duzentos e quarenta e sete euros e quarenta e um cêntimo.-----
- Saldo para a gerência seguinte – 1 255 564,00 euros (um milhão duzentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e sessenta e quatro euros)-----

**Demonstração dos resultados do exercício:** -----

- Custos e perdas – 18 171 918,63 euros (dezoito milhões cento e setenta e um mil novecentos e dezoito euros e sessenta e três cêntimos) -----
- Proveitos e ganhos – 18 386 704,19 euros (dezoito milhões trezentos e oitenta e seis mil setecentos e quatro euros e dezanove cêntimos) -----
- Resultado líquido do exercício – 214 785,56 euros (duzentos e catorze euros setecentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos)-----

Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:-----

----- 59 – Resultados transitados – 214 785,56 euros (duzentos e catorze euros setecentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos).-----

Propõe-se ainda que sejam utilizadas as reservas livres para fazer face ao remanescente de resultados transitados negativos, existentes na conta 59-----

**A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente (a qual exerceu voto de qualidade, em virtude de ter verificado um empate) e dos Vereadores do PS, 1 abstenção da Vereadora do PSD Teresa Valadão e 3 votos contra dos Vereadores do PSD António Ventura e Fernando Dias e do Vereador do CDS-PP, aprovou este documento e deliberou submeter o mesmo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

Sobre este assunto, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

Dos Vereadores do Partido Social Democrata António Ventura e Fernando Dias:

“Os Vereadores António Ventura e Fernando Dias ao votarem contra os documentos de prestação de contas de 2010, apresentaram a seguinte declaração de voto:

Os documentos de prestação de contas englobam o relatório de gestão, os mapas de informação orçamental, financeira, patrimonial e económica.

Estes documentos têm por objectivo traduzir fielmente a situação económica, financeira e patrimonial da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e simultaneamente permitem comparar os objectivos propostos e as metas atingidas, devendo referir as insuficiências, estrangulamentos e constrangimentos.

Assim é possível obter informação sobre o grau de execução das metas previamente definidas, tendo em conta os recursos municipais e a sua adequação às necessidades locais manifestadas pelas populações e pelos eleitos.

As informações que todos esses documentos nos revelam, sugerem-nos os seguintes comentários:

- As despesas da autarquia atingiram 20, 7 milhões €, dos quais cerca de metade na despesa corrente e o restante em despesas de capital;

- Nas despesas correntes sublinhe-se uma ligeira redução nas despesas de pessoal mas uma forte aumento nos subsídios concedidos à Culturangra no valor de 2

milhões € como forma de compensar o prejuízo registado naquela empresa em anos anteriores. A despesa corrente cresceu 3% em 2010, fortemente beneficiada pela redução no pagamento dos juros (-50% do que em 2009) dos empréstimos contraídos em anos anteriores;

- No âmbito das despesas de capital, as transferências para as juntas de freguesia foram de 602 216 €, confirmando a curva descendente que se verifica desde 2008 (1 078 milhares de €), com a redução da dotação de meios afectos às referidas entidades autárquicas;

- As despesas de investimento alcançaram os 4,9 milhões de €, isto é mais 7% do que o verificado em 2009;

- O total dos compromissos assumidos e não pagos foram de 3,6 milhões de euros, (em 2009 foram de 4 milhões €) dos quais, 86% resultou de compromissos de despesas de capital, maioritariamente investimentos.

- A diferença entre receitas e despesas alcançadas, resultou num saldo positivo de conta de gerência de 1, 2 milhões €, valor que poderia ter sido empregue no pagamento dos compromissos assumidos e não pagos e/ ou no valor da dívida a fornecedores que representou 1, 4 milhões de €;

- O endividamento do Município de Angra atingiu 26, 94 milhões €, conforme mapa anexo, onde se verifica alguma redução no total do endividamento;

<b>Aplicações</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
	7 960	7 999	8 748
<i>Outros empréstimos</i>	767,0	411,0	865,0
	14 781	15 003	14 629
<i>INH (habitação)</i>	118,3	667,0	896,0
		1 589	1 419
<i>ACA</i>		143,9	458,4
	<b>22 741</b>	<b>24 592</b>	<b>24 798</b>
<i>Divida Empréstimos</i>	<b>885</b>	<b>222</b>	<b>219</b>
	<b>1 516</b>		
<i>Dividas a Fornecedores</i>	<b>118,8</b>	<b>2 018 645</b>	<b>1 425 460</b>



<i>Outros</i>		<b>811 928</b>	<b>718 244</b>
<i>Clube o Belém</i>		428 259	378 845
Os Leões		383 669	339 400
<b>Divida total do município (euros)</b>	<b>24 258 004,1</b>	<b>27 422 794,6</b>	<b>26 941 923,8</b>

- Em 2010 não houve contratação de novos empréstimos, mas intensificou-se a utilização de verbas ainda livres provenientes de créditos contratados em anos anteriores e por isso o nível de endividamento não se reduziu mais intensamente;

- O rácio de liquidez, bem construído este ano, permite detectar que o grau de cobertura dos passivos circulantes pelas disponibilidades e pelas dívidas de terceiros é insuficiente, o que significa a existência de problemas de tesouraria;

- O prazo médio de pagamentos foi 77 dias não cumprindo o que legalmente está estabelecido de 60 dias;

- O relatório de gestão apresentado é quanto a nós um documento meramente técnico quando deveria incluir conteúdo político. Isto é, deveria incluir a comparabilidade entre os objectivos traçados pela autarquia, os meios e os métodos utilizados na execução das actividades e avaliação dos resultados obtidos. A adequabilidade dos resultados aos objectivos pré-determinados, aos meios e métodos utilizados permitindo identificar o grau de eficácia e eficiência atingido pela actividade autárquica;

- Obras ou actividades enunciadas no Orçamento como prioridades da autarquia, não são objecto de qualquer referência no Relatório de Gestão, na sua execução física ou financeira, nos resultados ou não alcançados de que são exemplos: Escola de Sta. Bárbara , Centro Interpretativo de Angra, atraso na obra da Escola da Ribeirinha, Plano Municipal de Toxicodependências, obras do Teatro Angrense, consulta de processos através do portal, plantação de árvores na Av. Tenente Coronel José Agostinho, etc..

- O ponto 3. 1. 5. incluído nas páginas 23 e 24 pretendia referir-se a objectivos alcançados mas a sua abordagem é, em nossa opinião, completamente errada ao confundir investimento municipal com as despesas incluídas nas Grandes Opções do Plano (GOP,s) que incluem aquelas mas que podem ter outros tipos de despesa, nomeadamente corrente, desde que inseridas no Plano das Actividades Mais Relevantes para a autarquia, enquadradas nas linhas de estratégia da gestão autárquica.

- A análise das GOP,s, conforme consta do quadro seguinte, permite-nos concluir que os objectivos inicialmente propostos, estiveram longe do que foi executado;

Execução das GOP,S - 2010

Objectivos Nº	Designação	Orçamentado		Executado		Exec. %
		Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
11	Administração Geral	653 850,00	3,40%	578 987	4,75%	88,55%
12	Protecção Civil	80 300,00	0,42%	71 915,00	0,59%	89,56%
21	Educação	3 858 743,00	20,07%	1 751 583,00	14,36%	45,39%
23	Segurança e Acção Social	210 005,00	1,09%	191 837,00	1,57%	91,35%
24	Habitação e Serviços Colectivos	7 667 935,00	39,87%	3 961 204,00	32,47%	51,66%
24.1	Habitação	2 376 501,00	12,36%	807 311,00	6,62%	33,97%
24.2	Ordenamento do Território	404 750,00	2,10%	306 991,00	2,52%	75,85%
24.4	Abastecimento de água e saneamento e resíduos	4 724 954,00	24,57%	2 598 602,00	21,30%	55,00%
24.6	Protecção e Meio Ambiente	156 725,00	0,81%	248 300,00	2,04%	158,43%
24.7	Espaços Urbanos e Espaços Públicos	5 005,00	0,03%	,00	0,00%	0,00%
25	Culturais Recreio e lazer	3 454 935,00	17,97%	3 976 485,00	32,59%	115,10%
25.1	Cultura	2 443 403,00	12,71%	3 134 747,00	25,69%	128,29%
25.2	Desporto, Recreio e Lazer	1 011 532,00	5,26%	841 738,00	6,90%	83,21%
32	Indústria e Energia	12 255,00	0,06%	11 881,00	0,10%	96,95%
33	Transportes e Comunicações	1 602 3 121 102,00	16,23%	630,00	13,14%	51,35%
34	Comércio e Turismo	147 040,00	0,76%	29 073,00	0,24%	19,77%
34.1	Mercados e Feiras	147 040,00	0,76%	29 073,00	0,24%	19,77%
34.2	Turismo		0,00%		0,00%	
35	Outras Funções Económicas	25 015,00	0,13%	25 002,00	0,20%	
	<b>Total Geral</b>	<b>19 231 180,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>12 200 597,00</b>	<b>100%</b>	<b>63,44%</b>

- Propunha-se que a despesa autárquica, no total de 19 milhões de €, seria em 2010 dirigida para o objectivo habitação (3987%), em 2º lugar para a educação e em 3º para sector cultural, recreativo e lazer.

- A execução das GOP,s revela que dos 12 milhões €, podem ser despesas corrente ou de capital, foram gastos no objectivo Cultura quase 4 milhões €, grande parte deste valor respeitou a transferências correntes para colmatar o défice de 2009 da Culturangra. A Habitação foi o 2º objectivo onde a despesa foi maior, seguida da

Educação e de muito perto pelos transportes e comunicações, com 1, 6 milhões de € executados quando se tinha estimado pouco mais de 3 milhões de €, baralhando e alterando as prioridades previamente definidas;

- A execução global das GOP,s atingiu os 63%;

- O Município pretendia investir 10, 3 milhões de € nas áreas indicadas no quadro seguinte. Todavia, a execução do investimento rondou apenas os 5 milhões de €, verificando-se existirem diferenças significativas entre os objectivos iniciais e o que foi efectivamente executado;

#### Execução do Plano Plurianual de Investimentos (P. P. I.) - 2010

Objectivos Nº	Designação	Orçamentado		Executado		Exec. %
		Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
11	Administração Geral	723 386,91	7,01%	482 122,38	9,66%	66,65%
12	Protecção Civil	26 915,20	0,26%	26 915,20	0,54%	100,00%
21	Educação	2 972 814,52	28,80%	1 611 231,34	32,27%	54,20%
23	Segurança e Acção Social	10 000,00	0,10%	1 452,00	0,03%	14,52%
24	Habitação e Serviços Colectivos	2 939 169,83	28,48%	1 098 234,42	22,00%	37,37%
24.1	Habitação	2 400 535,57	23,26%	782 311,03	15,67%	32,59%
24.2	Ordenamento do Território	253 355,00	2,45%	138 040,69	2,76%	54,49%
24.4	Abastecimento de água e saneamento e resíduos	108 082,00	1,05%	89 825,36	1,80%	83,11%
24.6	Protecção e Meio Ambiente	106,51	0,00%	101,51	0,00%	95,31%
24.7	Espaços Urbanos e Espaços Públicos	177 090,75	1,72%	87 955,83	1,76%	49,67%
25	Culturais Recreio e lazer	399 103,55	3,87%	249 157,00	4,99%	62,43%
25.1	Cultura	5,00	0,00%	5,00	0,00%	100,00%
25.2	Desporto, Recreio e Lazer	399 098,55	3,87%	249 152,00	4,99%	62,43%
32	Indústria e Energia	43 346,06	0,42%	11 880,00	0,24%	27,41%
33	Transporte e Comunicações	3 078 764,57	29,83%	1 482 414,05	29,69%	48,15%
34	Comércio e Turismo	128 040,00	1,24%	29 072,91	0,58%	22,71%
34.1	Mercados e Feiras	42 000,00	0,41%	29 072,91	0,58%	69,22%
34.2	Turismo	86 040,00	0,83%	,00	0,00%	0,00%
	<b>Total Geral</b>	<b>10 321 540,64</b>	<b>100,0%</b>	<b>4 992 479,30</b>	<b>100%</b>	<b>48,37%</b>

- O grau de execução do PPI foi extremamente baixo, 48%. Isto deveu-se aos reduzidos valores do investimento na habitação, na educação, nos transportes e no comércio e turismo;

- Dos 10, 3 milhões € previstos para investimento, a prioridade seria para os transportes (estradas e arruamentos) com 29,83%, seguido de muito perto pela Educação (28,8%) e Habitação (28,48%);

- Executados 4,9 milhões € de investimentos, verifica-se que afinal a prioridade foi para a educação (32,27%), para os transportes (29%) e para a habitação 22% com valores absolutos bem diferentes para cada um deles;

- Relativamente à análise dos centros de custo incluída no Relatório de Gestão, na informação facultada não se retira ainda utilidade prática significativa, nomeadamente no conhecimento dos custos subjacentes à fixação dos preços de bens e serviços, embora já se consiga quantificar o custo dos trabalhos para a própria entidade;

- Os documentos da contabilidade de custos cujo conteúdo mínimo obrigatório, consta do POCAL (ponto 12. 3), consubstancia-se nas fichas de materiais, cálculo do custo/ hora da mão de obra, custo/ hora de máquinas e viaturas, etc.. Estas fichas não foram apresentadas pelo que não está implantado na sua totalidade a contabilidade de custos, faltando ainda para o efeito, software informático adequado para o efeito.

- Em conclusão, a execução orçamental do Município de Angra foi extremamente baixa não se cumprindo os objectivos e prioridades anunciados, quer em termos das GOP,s, quer em sede do PPI.”-----

A Presidente referiu que há uma aposta significativa na formação dos colaboradores desde o pessoal dirigente até ao pessoal operacional nos Serviços Municipalizados e que a contenção nas horas extraordinárias tem sido também uma preocupação generalizada. Ao nível da receita frisou que houve uma execução de 77%, com as despesas correntes em cerca de 100% e de capital 58%. Ao nível da receita em termos homólogos, registou-se um crescimento de 15,3%, crescendo as de capital 30,8% e as correntes 11%. Ao nível da despesa houve uma execução global de 73%. -----

Quanto às actividades mais relevantes, destacou o investimento na Escola da Ribeirinha, a conclusão da Escola de São Mateus as obras na Escola do Alto das Covas, a conclusão do anterior pacote de estradas e o início da preparação do terceiro pacote

de estradas, bem como o pacote que levará à reabilitação dos arruamentos do centro histórico e a conclusão do projecto do mercado municipal. -----

No que se refere à acção social foi dada continuidade ao regulamento de apoio a estratos desfavorecidos e implementada pelo primeiro ano a Bolsangra. Ao nível da habitação disse que houve um impulso importante na aquisição da habitação social e no desporto também foi dada continuidade ao apoio aos clubes e concluída a reabilitação do campo de ténis municipal.-----

A Presidente acrescentou que foram realizados outros investimentos através da Culturangra, nomeadamente a renovação do sintético do campo municipal de Angra e também em águas residuais e resíduos através dos Serviços Municipalizados. A Presidente declarou que 2010 que foi um ano bastante satisfatório em termos de consolidação financeira.-----

O Vereador António Ventura disse que a taxa de execução do Plano Anual de Investimentos foi de 48,37%, destacando o caso da Escola da Ribeirinha que segundo disse ficou nos 41,64%, a Escola de Santa Bárbara atingiu os 18% e a aquisição do equipamentos S.O.S Idosos que teve uma taxa de execução de de 14,52%.-----

A Presidente afirmou que essa situação teve a ver com os processo de candidaturas e acrescentou que ao nível da acção social houve um aumento significativo na ordem dos 69% ao nível dos investimentos quando comparados com o período homólogo. O Vereador António Ventura perguntou a que se refere a rubrica "Aquisição de habitações" com 31,17%. A Presidente respondeu que tem a ver com as habitações sociais que estão a ser adquiridas a empresas construtoras. -----

O Vereador António Ventura perguntou se relativamente a execução da iluminação pública se a mesma refere-se a todo o concelho, ao que a Presidente afirmou que sim, uma vez que no ano anterior houve um procedimento ao nível da iluminação pública, tendo a Câmara solicitando a todos os presidentes de junta que dessem indicação de quais eram as prioridades a esse nível. Adiantou que foram solicitados orçamentos à EDA e que essa empresa está ainda executar os trabalhos.-----

A Presidente disse que o Plano Plurianual de Investimentos não relata toda a despesa de capital e que se estava a falar em execução de despesa de capital global. Referiu que uma coisa é o Plano Plurianual de Investimentos e outra são as despesas de capital.-----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra e referiu que há alguma confusão no relatório e que há pelo menos dois anos que o documento tem sido elaborado dessa forma. Acrescentou que se refere sempre a despesas de investimento quando se devia referir que são despesas de capital.-----

O Vereador Fernando Dias adiantou que em termos de receita e despesa os valores andam a volta dos vinte milhões de euros. No caso da despesa salientou três pormenores. Realçou o facto da despesas corrente apresentar subsídios para a empresa Culturangra no valor de dois milhões de euros. Disse que em termos de transferências de capital para as freguesias o montante foi de 602 mil euros e tem vindo a reduzir desde 2008. Nesse ponto a Presidente afirmou que um dos factores que implicou essa redução de valor foi a ocorrência de uma execução abaixo do que estava na dotação inicial. Neste seguimento, o Vereador Fernando Dias disse que estavam previstos 620 mil euros e foram gastos 602 mil euros. A Presidente afirmou que tal não era possível, ou seja, se o Vereador for ver à revisão de orçamento proposta, só para as Juntas de Freguesias da Feteira, de S. Bento e S. Bartolomeu foram 50 mil euros, pelo que disse que devia estar a faltar algo nas suas contas.-----

Apesar de ter havido uma correcção dos valores o Vereador Fernando Dias afirmou que o que estava no programado apontava para uma verba à volta dos 600 mil euros. A Presidente disse que eram de 700 mil euros de transferências de capital e correntes, tendo havido um aumento substancial. O Vereador Fernando Dias duvidou que tal assim seja, pois nos rácios de despesa houve de facto, em termos de despesa corrente relativamente à despesa total, um abaixamento, ou seja, inferior a 50%. -----

Realçou que o endividamento no final de 31 de Dezembro de 2010, era de 26,9 milhões de euros, ou seja, baixou de um ano para o outro cerca de 1% e grande parte do endividamento tem a ver com o IRH e com os empréstimos da habitação. -----

No que respeita ao relatório, o Vereador Fernando Dias questionou se a Presidente da Câmara teve uma intervenção directa na sua execução, ao que a Presidente respondeu que não teve qualquer intervenção. O Vereador acrescentou que o relatório espelha o trabalho técnico mas não explica porque é que as coisas acontecem e comparou-o com o relatório dos Serviços Municipalizados. -----

O Vereador Fernando Dias afirmou que o relatório ao qual costuma chamar de análise de "sobe e desce" não explica muita coisa. O Vereador leu o orçamento de 2010 em que se propõe uma série de coisas e depois desaparecem sempre na execução e o que interessa é saber o que se fez e o que se conseguiu obter. Neste sentido, o Vereador Fernando Dias afirmou que é necessário alterar o relatório. -----

Na parte do relatório onde fala em investimento directo municipal, o Vereador afirma que o que está em causa é execução das GOP, por isso, tem que haver rigor no que se refere à despesa de investimento, de transferências de capital e de transferências correntes. O Vereador Fernando Dias disse que no relatório é referido que a prioridade foi investir na cultura, mas em termos de investimento a prioridade foi de facto na educação onde se gastou 32%, a segunda prioridade foi nos transportes e a terceira prioridade foi a habitação. Assim, a cultura vem, em termos de investimento, em quarto lugar com 5% do investimento. Adiantou que no quadro das GOP, quando se fala na taxa de execução tal corresponde apenas à estrutura da execução. O Vereador defendeu que o quadro das GOP deve que ser alterado.-----

A Presidente afirmou que se trata de um relatório que não apresenta qualquer objecção em termos técnicos e no que se refere à adjectivação não houve qualquer alteração, pelo que apenas leu e confirmou valores. A Presidente disse, ainda, que o relatório espelha o que foi e o que não foi executado. Contudo, a Presidente afirmou que poderia estar mais detalhado no relatório, as actividades que foram mais relevantes e desenvolvidas durante o todo o ano, ou seja, que se pode complementar o relatório de contas fazendo um memorando com as actividades mais relevantes. -----

O Vereador Fernando Dias disse que o documento em causa não é um relatório técnico mas sim um documento técnico-político. Ao que a Presidente afirmou que o relatório é uma súmula que reflecte o trabalho de um ano.-----

O Vereador Fernando Dias disse que há um outro ponto sobre a contabilidade analítica em que está numa parte depois não tem a tradução em termos de números do que significa e afirmou que é fundamental apresentar algumas informações que são importantes. Também na contabilidade analítica, há um valor das Sanjoaninas que foi assumido pela Câmara que se relaciona com deslocações e estadias e isso o Vereador Fernando Dias disse que não entende. A Presidente aclarou esse encargo se destinou à deslocação que fez aos Estados Unidos e ao Canadá. O Vereador Fernando Dias perguntou se tal despesa não podia ter sido assumida pela Culturangra. A Presidente afirmou que não se deslocou a esses países só para promover as Sanjoaninas, mas também para visitar as cidades irmãs e estabelecer contactos com Presidentes de Câmara.-----

O Vereador António Gomes referiu que a presença da Presidente da Câmara para ajudar a divulgar a festas do concelho tem mais impacto do que se fosse na qualidade de Presidente da Culturangra.-----

#### Consolidação de contas

Ent. 505 – Informação do Chefe da Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial, na qual dá conta da necessidade de se proceder ao adiamento da consolidação das contas dos vários organismos do Município, no decurso do próximo mês de Junho, de modo a permitir a respectiva apreciação pela Assembleia Municipal, na sua sessão do mesmo mês. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS e dos Vereadores do PSD e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, concordou com o proposto.**-----

A Presidente começou por dizer que é o primeiro ano que se vai consolidar contas entre a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados. Disse que é um trabalho exigente e nos termos daquilo que o revisor oficial de contas transmitiu não fica um trabalho em condições se não for feito em simultâneo com o encerramento de contas. Neste sentido, o revisor propôs que se faça imediatamente a seguir. Ou seja, procede-se ao encerramento e aprovação das contas e depois à consolidação, pelo que na Assembleia Municipal de Junho será pela primeira vez apreciada a consolidação das contas. -----



Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais desta Câmara Municipal referente ao ano de 2010, cujo total é de € 83.735.216,17 (oitenta e três milhões setecentos e trinta e cinco mil duzentos e dezasseis euros e dezassete cêntimos). – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este documento e deliberou submeter o mesmo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

Proposta – Alteração ao Mapa de Pessoal para  
2011

Ent. 506 - Proposta da Presidente da Câmara para segunda alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2011, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 64.º, n.º 6, alínea a) e do artigo 53º, n.º 2, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS e dos Vereadores do PSD e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, aprovou este documento e deliberou submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

A Presidente começou por referir que há um funcionário em mobilidade dos Serviços Municipalizados para a Câmara e que tal não acarreta aumento de custos em termos globais, mas sim uma transferência por um ano e meio. Em seguida, a Presidente referiu que existem três situações de aposentação, uma referente a uma telefonista que está de baixa prolongada e está a aguardar pela reforma, outra de uma funcionária que estava destacada para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e que já está de baixa até à aposentação e de um topógrafo que já pediu a aposentação. -----

No caso do Serviço Municipal de Protecção Civil, a coordenação é feita pelo Dr. André Avelar e que há ainda a situação de quatro funcionários dos Serviços Municipalizados

que garantiam a limpeza das ribeiras bem como mais dois funcionários dos programas PROSA. Um dos funcionários dos Serviços Municipalizados pediu licença e foi para o Brasil e o outro era contratado a termo. A Presidente adiantou que a intenção é ter ao serviço três funcionários em regime laboral estável. -----

O Vereador António Ventura perguntou se os sindicatos têm alguma objecção, ao que a Presidente respondeu que não.-----

Relatório de Gestão de Contas e  
Prestação de contas 2010 –  
- Culturangra, EEM

Ent. 1814 – Ofício n.º 184/2011, de 8 de Abril de 2011, da Culturangra, EEM, remetendo o Relatório de Gestão de Contas e prestação de Contas 2010, para aprovação do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal retirou este documento, devendo o mesmo ser reagendado na próxima reunião do executivo municipal.**-----

A Presidente afirmou que no relatório há uma primeira parte que explicita as entidades que estiveram sempre envolvidas nas diversas actividades, ao nível do cinema, da música, do teatro, das exposições, das conferências e workshops, da dança e do desporto. Também está explícito o apoio que foi prestado na apreciação das candidaturas quer na época 2009/2010 quer 2010/2011 pelos técnicos da Culturangra, os apoios que foram prestados a outras entidades, a manutenção das zonas balneares e organização dos processos de candidatura e as actividades de educação ambiental associadas às candidaturas à Bandeira Azul. -----

No que se refere à execução do Orçamento, a Presidente disse que o ano de 2010 foi um pouco atípico porque houve uma forte contenção da execução da despesa a nível global, mas que na execução final das mesmas reflecte-se, necessariamente, a liquidação das dívidas respeitantes a 2009.-----

Contudo, a Presidente considera que foi possível manter o nível de actividade bastante razoável na Culturangra, mantendo-se os elementos já estruturais da actividade cultural do município e que foi possível melhorar o resultado final da actividade da empresa. -----

De qualquer forma, referiu que a empresa ainda dá algumas preocupações e pensa que com os dados que já dispõe de 2010 é possível fazer uma avaliação relativa aos custos estruturais da Culturangra e que tal é essencial que se faça. Assim, foi deliberado na última reunião do Conselho de Administração, em que se aprovou as contas, adjudicar a prestação de serviços no sentido que seja feita uma avaliação aos custos e receitas estruturais da empresa para que depois se possa, com base em orçamentos por actividade, poder decidir com coerência que actividade é que a empresa, em função da receita e dos custos estruturais que tem, pode desenvolver. Neste sentido, deverá ser consultada a empresa Smart Vision para fazer um estudo. -----

Em seguida, a Presidente disse que para além do resultado a 31 de Dezembro de 2009 e que apurou dívidas a fornecedores de valor substancial, ainda deram entrada em 2010 de facturas respeitantes a 2009, no valor aproximado de 125 mil euros e que esse era um custo que não estava reflectido em 2009 e não contribuiu para o resultado líquido negativo desse mesmo ano.-----

Relativamente à substituição do sintético do campo municipal os trabalhos custaram mais de 200 mil euros, sendo que o que estava estimado no orçamento da Culturangra era que 85% fosse financiado Pro-convergência e 15% pela Câmara Municipal. As candidaturas de Pro-convergência têm um montante mínimo de 400 mil euros o que implicava que se juntava uma quantidade de outras despesas de investimento candidáveis e fazia-se uma candidatura única. A Presidente referiu que o entendimento foi no sentido de que era preferível ser a Câmara a assumir a totalidade da despesa.-----

A Presidente afirmou que em Junho o referido estudo sobre os custos da Culturangra já deverá de estar concluído e acrescentou que houve uma melhoria dos indicadores e uma gestão bem conseguida, apesar de todas as restrições que existiram. Assim, a Presidente declarou que o ano de 2011 será o ano zero da Culturangra. -----

Concluindo, a Presidente informou que pediu à empresa de revisores oficiais de contas que faz a revisão de contas à Câmara e aos Serviços Municipalizados, que estendessem a sua prestação de serviços também à Culturangra, uma vez que é uma situação vantajosa que seja feita pela mesma empresa para as referidas três entidades.

O Vereador Fernando Dias disse que não está espelhado no documento de prestação de contas da Culturangra a informação sobre os custos finais das Sanjoaninas, ao que a Presidente afirmou que o saldo foi de 14 mil euros positivos. O Vereador Fernando Dias acrescentou que tinha pedido a execução do orçamento e propôs a retirada do documento da agenda e colocá-lo na próxima reunião. -----

O Vereador Alonso Miguel afirmou que é difícil ler no documento os resultados das Sanjoaninas e acrescentou que através dos indicadores a Culturangra, mostra uma evolução positiva.-----

O Vereador Fernando Dias disse que era igualmente importante vir no relatório a questão do campo sintético municipal e pediu cópia de uma acta da Assembleia Municipal.-----

#### 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011.

Ent. 515 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal para deliberação do Órgão Executivo, no sentido de aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011, nos termos do ponto 8.3 do POCAL, publicado através do DL n.º 54 – A/ 99 de 22 de Fevereiro, conjugado com a alínea d) do n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º5-A / 2002 de 11 de Janeiro, com um aumento do valor global do orçamento de € 948.586,00. As despesas correntes aumentam, em termos líquidos, € 686.005,50 e as de capital € 262.580,50. As Grandes Opções do Plano têm um aumento de € 792.206,94. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do PS e 4 abstenções dos Vereadores do PSD e do Vereador do CDS-PP, aprovou este documento e deliberou submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º**

**169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

A Presidente referiu que a Câmara ainda não recebeu as transferências do IRS de Janeiro a Abril e que resolveu retirar das receitas por prudência o valor €362 418,00 e acrescentou que os €55 440,00 inscritos na proposta têm a ver com a venda do terreno aprovada na última reunião de Câmara.-----

Relativamente ao acerto a nível do pessoal, a Presidente afirmou que não há aumento substancial de custos uma vez que têm a ver com alterações à nova orgânica. -----

O Vereador Fernando Dias perguntou ao que corresponde o valor de €686.005,50 de despesa corrente, ao que a Presidente respondeu que metade corresponde às iniciativas a que o Vereador já havia feito referência e a reposição das verbas para as freguesias relativas ao ano de 2010 de €50 000,00, ao reforço de apoio a instituições sem fins lucrativos no valor de €81 500,00 que tem essencialmente a ver com a primeira fase de candidaturas e que já se estima que seja mais de €50 000,00. Acrescentou que tem também a ver com a continuidade do processo de assessoria da Smart Vision para a implementação do atendimento único, com a remodelação da rede eléctrica da Salga, com o apoio aos estratos sociais desfavorecidos havendo um reforço de €70 000,00 e com a segunda fase das intervenções da reparação das habitações sociais. ----

O Vereador Fernando Dias disse que é de esperar um grande aumento de outros trabalhos especializados em fornecimentos e serviços técnicos. A Presidente disse que no ano passado houve uma execução grande nesse aspecto, ao que o Vereador Fernando Dias acrescentou que aumentou de € 38 000,00 para € 167 000,00 e que tal tem a ver com os serviços da Smart Vision. A Presidente disse que neste ano esse tipo de fornecimentos ainda irá aumentar porque vai começar a funcionar o software de licenciamento de obras sendo preciso trabalhar na informatização do SPO. -----

A Vereadora Raquel Silva afirmou que o SPO é um programa que existe na Câmara há muito tempo mas nunca foi utilizado na sua plenitude. O Vereador Fernando Dias perguntou se o utilizador pode ter acesso ao programa, ao que a Vereadora Raquel disse que numa segunda fase terá acesso ao ponto de situação dos processos. -----

Suspensão Parcial dos trabalhos da empreitada  
de construção da Escola do  
Ensino Básico da Ribeirinha

Ent. 1597 – Ofício n.º 81, da Firma Construções Meneses & MacFadden, Lda. apresentando no âmbito da comunicação que recebeu da edilidade respeitante à suspensão dos trabalhos supra referenciados, as suas reservas relativamente mesma, nos termos do artigo 369.º do Código dos Contratos Públicos. O Assunto em causa é remetido à Câmara Municipal para conhecimento. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

A Vereadora Raquel Silva afirmou que a suspensão parcial dos trabalhos tem por base falhas no projecto que terão que ser solucionadas e que a equipa projectista está a trabalhar nesse sentido. Todas as questões levantadas ainda não foram respondidas e que os dois meses de paragem da obra podem não ser suficientes. A Vereadora afirmou que está a ser feita pressão no sentido de que a equipa projectista resolva os problemas o mais rapidamente possível.-----

O Vereador Alonso Miguel perguntou se relativamente ao troço em causa se já sabe quanto poderá custar, ao que a Presidente referiu que já foi pedida uma avaliação dos custos. A Vereadora Raquel Silva disse que os dois meses de suspensão vão ter impacto no final da obra, ou seja, vão atrasar os trabalhos pelo menos dois meses. -----

O Vereador Alonso Miguel perguntou de onde surgiram os erros. A Presidente referiu que os erros foram do projectista, tendo a Vereadora Raquel Silva acrescentado que devido ao que aconteceu na Escola da Ribeirinha em algumas obras da Câmara procede-se agora à revisão dos projectos para que mais tarde o mesmo não aconteça. --

O Vereador Alonso Miguel perguntou igualmente se há qualquer tipo de indemnização ou responsabilidade do projectista, ao que a Vereadora respondeu que sim. No entanto, acrescentou que o projectista tem colaborado e tentado suprir esses erros com algum

acompanhamento e até com algumas alterações ao projecto de modo a minimizar os custos e admitiu que as especialidades não foram de facto feitas correctamente . -----

### Reposição do funcionamento da Esplanada da Praça Velha

Ent. 1644 – Proposta datada de 30 de Março findo, dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, para que a Câmara Municipal diligencie no sentido de repor o funcionamento da esplanada da Praça Velha de acordo com o modelo de exploração então existente, até à conclusão do processo de participação publica em curso. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 4 votos a favor dos Vereadores do PSD e do Vereador do CDS-PP e 3 votos contra da Presidente e dos Vereadores do PS, aprovou esta proposta.** -----

**Sobre este assunto, a Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:**

“Há cerca de um ano atrás a Câmara Municipal iniciou, com recursos próprios da autarquia, um levantamento exaustivo, rua a rua, dos problemas existente nos espaços públicos cingindo essa avaliação ao centro histórico da zona classificada. Foram observados aspectos como: a sinalização de trânsito vertical e horizontal, as placas toponímicas, o estado de conservação da calçada (passeios e rede viária), o mobiliário urbano, a iluminação, os edifícios devolutos, entre outras situações.

Desse estudo técnico resultou um Quadro Acção com vista à Requalificação do Centro Histórico, por zonas e devidamente calendarizado. Este trabalho foi apresentado publicamente em reunião de Câmara realizada na Freguesia de N. Sra. da Conceição.

Estabelecemos então como zona prioritária de intervenção os arruamentos compreendidos entre a Igreja da Sé e a Rua de Santo Espírito, incluindo a Rua da Sé em toda a sua extensão, a Rua do Galo, a Ladeira de São Francisco e naturalmente a Praça Velha.

Conforme o previsto, os trabalhos por administração directa tiveram início após as festividades de Verão, com as intervenções de elevação das passadeiras na Rua da Sé, alargamento dos passeios no Alto das Covas e na lateral à Praça Velha.

Os trabalhos de intervenção na Praça Velha estavam assim previstos e incluídos neste quadro de acção tendo como objectivos:

1. Proceder à reparação da calçada que se encontra em mau estado de conservação em resultado do levantamento das raízes das árvores, preservando integralmente o desenho do Mestre Maduro Dias, inspirado nas colchas regionais;
2. Proceder ao alargamento do passeio em frente ao edifício dos Paços do Concelho, proibindo o estacionamento;
3. Proceder à substituição das árvores em mau estado fitossanitário (duas delas mortas) por árvores de médio porte, com floração avermelhada, colocando anéis em betão, para educar as raízes a crescer em

**profundidade, e grelhas nas caldeiras das árvores, libertando as laterais da Praça para uso como passeio;**

**4. Proceder à renovação do mobiliário urbano da Praça.**

**No âmbito da preparação desta intervenção foram ouvidas algumas entidades de reconhecido mérito, conhecedoras da história da cidade, das intenções do Mestre Maduro Dias e supostamente com capacidade de proceder à crítica construtiva.**

**Concluído este trabalho foi naturalmente adquirido o material, com vista ao início da intervenção no período mais adequado à substituição das árvores. Aliás, todo o investimento encontrava-se previsto em acções do Plano de Investimento de 2010. Em síntese, a intervenção tinha por objectivo preservar aquilo que realmente interessa (a calçada), substituir os elementos que pudessem pôr em risco a segurança dos peões e dos condutores (as árvores), devolvendo o conceito original à Praça no respeito integral pelo património.**

**Na reunião do executivo de sete de Fevereiro findo foi finalmente possível reunir consenso à volta desta questão, pelo que foi assumido o compromisso de iniciar a intervenção sobre determinadas regras tendo ficado acordado que estaria fora de questão voltar a colocar o quiosque velho. Iniciou-se, então, o processo de requalificação da Praça Velha que previa a substituição das árvores, a reparação da calçada e o alargamento do passeio junto ao edifício dos Paços de Concelho para além da colocação do mobiliário urbano adquirido.**

**Ficou, ainda, decidido em reunião de Câmara promover uma discussão, definir os modos da mesma, definir sobre quem seria ouvido e que até ao termo do resultado da discussão o processo de requalificação da Praça Velha corria nos termos do compromisso anteriormente assumido pelo executivo camarário.**

**Pelos motivos acima expostos e tendo em conta o volte face que os Vereadores do PSD e CDS-PP pretendem preconizar com a colocação do quiosque velho sem a abertura de um procedimento para a celebração de um contrato de concessão do uso e utilização do quiosque com esplanada, nem tão pouco pertença do Município a Presidente da Câmara e os Vereadores do PS/A votam contra a proposta agora apresentada.”**

O Vereador António Ventura afirmou que a proposta apresentada tenta ser coerente com o que foi acordado na reunião de Câmara relativamente a um conjunto de procedimentos que estão a decorrer e para não prejudicar o normal funcionamento da esplanada da Praça Velha, por isso a proposta apresentada vai no sentido que se mantenha o que existe para o funcionamento da esplanada até se finalizar o processo em curso. -----

A Presidente perguntou ao Vereador António Ventura o que é para manter. O Vereador respondeu que o Café Aliança utiliza a Praça Velha com um quiosque e para tal é manter esse processo que não obedece de facto a um concurso público, ou seja, manter essa situação existente até se finalizar o que foi acordado relativamente à requalificação da Praça Velha.-----

O Vereador Alonso Miguel tomou a palavra e referiu que o essencial é não contribuir para o abrandamento da dinamização do centro de Angra e que tem que se garantir que isso aconteça de alguma forma, nem que seja nos moldes anteriores, para permitir a continuidade do funcionamento da esplanada.-----

A Presidente perguntou o que são os moldes anteriores, ao que o Vereador Alonso Miguel explicou que a esplanada funcionava com um quiosque e que da mesma forma pode continuar a operar.-----



A Presidente questionou se a proposta é no sentido de que o antigo quiosque e a antiga esplanada voltem à Praça Velha e que seja autorizada a ocupação de espaço público ao Café Aliança para esse efeito.-----

A Vereadora Raquel Silva perguntou se faz parte da proposta a colocação do quiosque no seu sitio original e se o enquadramento dos baldes do lixo vai estar exactamente no mesmo espaço. Relativamente a esse aspecto, o Vereador António Ventura disse já se ter falado sobre o assunto. A Vereadora Raquel Silva solicitou que fosse ouvido o que foi dito na reunião do dia 12 de Fevereiro sobre o tema, pois no âmbito da auscultação não se iria perguntar qual o tipo de quiosque ou modelo de quiosque que devia de ser implantado na Praça Velha. -----

Em seguida foi ouvida a gravação da reunião do dia 12 de Fevereiro, relativamente à questão referida pela Vereadora Raquel Silva que disse que o que era essencial e que gostava que os Vereadores tivessem percebido é que antes de desmontar o antigo quiosque ficou estabelecido que se avançava com o processo e se houvesse alguma indicação sobre o âmbito geral de intervenção no centro histórico de que a estrutura a colocar na Praça Velha não correspondesse às necessidades, então o assunto seria novamente debatido. Referiu que foi isso que ficou salvaguardado na reunião de Fevereiro e que passados dois meses, o antigo quiosque foi retirado com esses pressupostos e que agora surge uma proposta que vem exactamente contrariar o que tinham acordado nessa reunião.-----

O Vereador António Ventura afirmou que na reunião do dia 12 de Fevereiro não ficou clara a concordância dos Vereadores em relação a esse ponto, porque as propostas estavam para ser agendadas e a proposta do PSD juntou-se à do CDS-PP para clarificação jurídica.-----

Quanto à petição sobre a Praça Velha, o Vereador António Ventura disse que a mesma chegou à Assembleia Legislativa e foi discutida e que os subscritores reclamam pelo facto de não terem sido auscultados sobre o processo de requalificação. Disse que concordam com a requalificação da calçada e a substituição das árvores, mas há outros elementos que provocam atrito como a questão do desenho da esplanada e do mobiliário urbano. Por respeito aos peticionários e à posição que foi deliberada na Câmara, o Vereador António Ventura entende que deve de repor o que existia até consensualmente se encontrar a solução mais propícia. -----

A Presidente disse que foi assumido na reunião de Câmara o compromisso de iniciar a intervenção sobre determinadas regras e ficou acordado que estava fora de questão voltar a colocar o quiosque velho pelo que a intervenção vai no sentido de se colocar o quiosque novo, substituir calçada, colocar as árvores novas, as grelhas, os bancos velhos e alargar o passeio em frente à Câmara e ficou a ressalva feita na altura pela Presidente que se em resultado da discussão se verificar que o que foi feito afinal não serve, será tomada então, nessa altura, uma decisão sobre o assunto. -----

A Presidente disse, ainda, que se o modelo de exploração da esplanada para os Vereadores vai no sentido de se voltar a ter um quiosque que não reúne as condições necessárias e não concorda com essa proposta. A Presidente perguntou quando foi que os peticionários referiram que se deveria colocar o quiosque velho e porque a opinião deles se sobrepõe à vontade de todas as outras pessoas do concelho. Afirmou que o que ficou decidido em reunião de Câmara foi promover uma discussão, definir os modos da mesma, decidir quem iam ouvir e decidir que até terem o resultado da discussão que o processo de requalificação da Praça Velha corria nos termos daquilo que concordaram em reunião. -----

A Presidente acrescentou que se os Vereadores querem faltar com a palavra que deram nessa reunião e não optar por uma situação transparente vão ser responsáveis pela sua execução pois não toma qualquer diligência nesse sentido. -----

A Vereadora Raquel Silva declarou que a questão de fundo e de princípio que se levanta na auscultação não tem a ver com o tipo de mobiliário para a Praça Velha, mas sim com o facto de se querer ou não ter esplanadas nas praças principais do centro da cidade. ---

O Vereador António Ventura disse que não está contra o processo de consulta em curso. Afirmou que se está à espera do resultado da auscultação pública e até se saber se a mesma é concordante ou não com a existência da esplanada na Praça Velha deve-se de manter o que existe.-----

Seguidamente, o Vereador António Ventura declarou que não faltou à palavra, até porque as propostas, quer do PSD, quer do CDS-PP, não tinham sido discutidas e, portanto, não houve acordo nenhum sobre os bancos ou a esplanada. -----

O Vereador afirmou que a discussão da proposta do PSD foi adiada porque o objecto era consonante com a proposta do CDS-PP, ou seja, que se devia parar o processo. Como se ficou à espera de um parecer jurídico a proposta foi retirada para a ser discutida depois em reunião de Câmara.-----

O Vereador António Ventura acrescentou que as pessoas se manifestaram contra a ausência de uma discussão pública e que se deve manter o modelo que existe até o processo de auscultação estar concluído de modo a que haja uma decisão sobre a substituição ou não do quiosque.-----

O Vereador Alonso Miguel disse que relativamente ao processo já não se percebe muito bem qual o fio condutor e que entendeu bem o que o Vereador Artur Lima disse ao ouvir a gravação. Contudo, as coisas sofreram um revés, pelo que as propostas depois não foram analisadas, ao que a Presidente disse que tinham sido de facto analisadas. O Vereador Alonso Miguel disse que desta forma está haver uma precipitação ao se colocar o quiosque novo, porque senão, fica-se com o ónus da responsabilidade da esplanada não funcionar. -----

A Presidente afirmou que o ónus foi terem acordado no dia 12 de Fevereiro, antes de começar a intervenção quais eram os modos em que a mesma iria ocorrer. Na sequência dessa decisão foi apresentada uma proposta de concessão do quiosque que foi rejeitada e que agora os Vereadores apresentam uma proposta para se voltar a colocar o quiosque velho.-----

O Vereador Alonso Miguel afirmou que essa é uma solução alternativa. A Presidente afirmou que até à data a Câmara não tinha um quiosque seu para colocar na Praça Velha com condições de higiene e segurança e disse que os Vereadores estão a autorizar que se coloque na Praça Velha algo que não é da Câmara, que tem um proprietário, quando a Câmara já tem um equipamento seu para lá colocar no local. -----

O Vereador António Ventura disse que o equipamento que se pretende colocar na Praça Velha não é consensual e que as pessoas querem opinar sobre a questão. -----

A Vereadora Raquel Silva disse que se a preocupação dos Vereadores é colocarem a esplanada a funcionar não entende porque nunca autorizaram a concessão do novo quiosque. O Vereador António Ventura respondeu que foi devido ao facto das pessoas não terem ainda sido ouvidas.-----

A Presidente declarou que a proposta é uma tentativa de dizer que não querem ficar com a culpa de não haver uma esplanada a funcionar.-----

A Vereadora Raquel Silva aclarou que a requalificação da Praça Velha está no Plano e Orçamento da Câmara que foi aprovado e que nunca ninguém perguntou qual era o modelo de quiosque que se ia comprar.-----

O Vereador Alonso Miguel afirmou que não tem a culpa das pessoas se terem insurgido contra esse tipo de mobiliário. A Vereadora Raquel Silva disse que não têm a culpa, mas têm responsabilidades no sentido de assegurar o funcionamento das coisas. -----

A Vereadora Teresa Valadão disse que o que está a ser feito na Praça Velha está muito bem conseguido e interessante e que foi assumido em reunião de que se chegasse ao final do Verão e as pessoas não gostassem do quiosque novo, alterava-se. -----  
A Presidente reafirmou que se a proposta se dirige à Câmara Municipal no sentido de recomendar que se proceda a diligências para instalar a esplanada com o quiosque velho que tal é algo que não irá executar.-----

Por fim, a Presidente leu a Minuta das Deliberações e declarou encerrada a reunião. -----

## ENCERRAMENTO

Pelas Doze horas e cinquenta e cinco minutos não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.

A Presidente da Câmara Municipal,

.....